

Planalto só apóia ajuda para micros que sejam viáveis

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, defendeu ontem uma solução que chamou de intermediária para os microempresários endividados durante o Plano Cruzado: a possibilidade de se conceder um prazo de carência para que saldem suas dívidas ou, no futuro, o Governo socorrer com novos financiamentos aquelas empresas que se revelem viáveis economicamente.

O Governo, conforme deixou claro, não concorda com a emenda Mansueto de Labor (PMDB-PE), que concede anistia da correção monetária incidente sobre as dívidas contraídas pelos micro e pequenos empresários, durante o período de vigência do Plano Cruzado. Para ele, o Governo deve dar tratamento especial somente àquelas empresas que sejam economicamente viáveis. "A em-

presa inviável tem de fechar as portas. Não há como patrocinar a inviabilidade com o dinheiro do contribuinte," disse.

Segundo ele, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está preocupado com a possibilidade de aprovação da emenda Mansueto de Labor. Mas ele não revelou qual será a despesa do Governo no caso de sua aprovação.

Ao mesmo tempo, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, enquanto visitava o Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, revelou que o ministro Mailson da Nóbrega está preocupado com a emenda que concede anistia aos microempresários. Segundo Ulysses, os números dos gastos apresentados pelo ministro da Fazenda são diferentes dos revelados pelo autor da emenda, senador Mansueto de Labor.

DF prepara manifestação

Os micros, pequenos e médios empresários e os produtores rurais preparam uma grande manifestação no Congresso Nacional, no dia da votação da emenda do senador Mansueto de Labor (PMDB-PE), que ocorrerá nos próximos 10 a 15 dias. Ela prevê a anistia da correção monetária das dívidas contraídas por eles durante o Plano Cruzado.

O presidente da Associação Comercial do DF, Nuri Andraus, prometeu mobilizar os microempresários brasilienses para comparecer ao Congresso no dia da votação da emenda. De acordo com Nuri Andraus, em Brasília existem cerca de 30 mil pequenas e microempresas, a maioria à beira da falência devido à correção monetária incidente sobre os empréstimos contraídos no período do Plano Cruzado, quando teoricamente a inflação era zero.

Dos 3.500 micros e pequenos empresários da satélite de Ceilândia, cerca de 40% estão rolando as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. A estimativa é do presidente da Associação Comercial da Ceilândia, Lourival da Silva.

"O empresariado da Ceilândia acreditou na estabilidade econômica do Plano Cruzado. Hoje uma grande maioria faliu, impossibilidade de pagar dívidas", afirmou Lourival da Silva, para quem a solução seria a aprovação da emenda do senador. Os "responsáveis" pelo endividamento dos micro e pequenos empresários da cidade, na opinião do presidente da Associação Comercial, "são os bancos e o Governo", referindo-se aos juros de menos de 2%, cobrados no Plano Cruzado, e que hoje quase atingem os 30% mensais.